SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

JORNAL DO JUDICIÁRIO

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas

segunda-feira, 22 de março de 2010 - número 374 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - 3222 5833

Servidores do TRF/JF decidem retomar mobilização pelo PCS-4

Com o auditório do Pedro Lessa cheio, servidores da JF e TRF decidiram por unanimidade retomar as mobilizações para pressionar o governo federal, os parlamentares e o STF pela aprovação do PCS-4. A decisão foi tomada na última quinta-feira, em assembleia setorial, que também aprovou uma pauta de reivindicações para ser apresentada ao novo presidente do TRF, desembargador Roberto Haddad.



Assembleia aprova paralisações em abril e greve por tempo indeterminado em maio

Foi aprovado um calendário de lutas para o mês de abril, com intensas mobilizações entre os dias 12 e 18. Estas atividades serão realizadas em conjunto com outras categorias do serviço público, que também estão em campanha contra o congelamento salarial previsto pelo PLP 549/09, proposto pelo governo Lula.

A assembleia indicou que a greve por tempo indeterminado deverá começar em maio. Portanto o mês de abril será um preparativo para uma forte mobilização da categoria nacionalmente. "Como teremos o Congrejufe (Congresso da Federação) no final de março, vamos levar como proposta de São Paulo este calendário de mobilizações e a proposta de estado de greve a partir de maio", informou Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud.

Antônio Melquíades, o Melqui, que é diretor do Sintrajud e da Fenajufe, apresentou um pequeno histórico das reivindicações da categoria que culminaram neste PCS-4. Para ele, o STF não está pressionando o governo como deveria e o Planalto não disponibilizou os recursos necessários para o PCS-4. Segundo Melqui, a situação é semelhante aos PCSs anteriores, por isso, é necessária a mobilização da categoria: "Não há outra alternativa, ainda mais com um PLP que congela os nossos salários e por estarmos num ano eleitoral", destacou.

A participação dos servidores na assembleia é uma demonstração de que a categoria está interessada em aprovar o PCS-4 e em barrar o PLP 549. Esta é a avaliação da servidora Cleide Navas Ventura, servidora do TRF. Para ela, também é uma demonstração do empenho dos servidores em defesa dos seus interesses.

Pauta específica

Na pauta definida na assembléia estão presentes muitas reivindicações que visam proteger a vida e a saúde do servidor, como o pedido de elaboração de laudos sobre segurança e ergonomia dos diversos prédios e galpões da JF em São Paulo. Outra reivindicação vai no mesmo sentido: o fim do assédio moral dentro do Judiciário.
O pedido do fim da terceirização e que os trabalhadores estagiários tenham tarefas que visem o aprendizado e não a substituição de servidores concursados também estarão pautados.

Uma servidora argumentou que como a pauta específica é debatida entre os servidores sempre aparecem reivindicações novas. Em sua opinião, os presidentes do tribunal, ao longo dos anos, "parecem não dar muita importância àquilo que a gente pede", disse. Para ela, as reivindicações mostram que os servidores estão bastante atentos em relação aos seus direitos, inclusive em relação às condições de trabalho e ao atendimento à população.

O servidor que queira apresentar alguma reivindicação deve encaminhá-la para o e-mail: diretoria@sintrajud.org.br.

PRÓXIMAS ASSEMBLEIAS

TRE	JT	JF de Santos	JT de Santos
23 de março, às 13h, no prédio da Francisca Miquelina	24 de março, às 13h, na auditório da Ematra, no Fórum Ruy Barbosa	24 de março, às 11h, no auditório do Fórum	25 de março, às 10h30, em frente ao Fórum

Página 03 | 7º Congrejufe vai definir plano de luta nacional da categoria

Página 04 | Avança campanha contra congelamento de salário do servidor

Página 04 | Professores estaduais estão em greve por melhores condições de ensino

Das greves aos escândalos

Financiamento de campanha é um assunto ardiloso no Brasil. Valem alguns exemplos: o ex-tesoureiro da campanha do primeiro presidente eleito depois da ditadura, Fernando Collor, foi morto num crime até hoje sem explicações e o prefeito Gilberto Kassab (DEM) foi cassado, e rapidamente voltou ao cargo, por financiamento irregular.

O PT, quando surgiu, no calor de grandes greves e mobilizações, tinha algo de diferente. Tanto os trabalhadores, quanto os grandes empresários, sabiam disso. Quem viveu naquela época sabe que, em muitas fábricas, os trabalhadores votavam em assembleias o desconto de uma pequena parte de seus salários para a campanha do então candidato a presidente, o operário Luiz Inácio Lula da Silva.

Como sabemos, muita coisa aconteceu na trajetória petista e escândalos de corrupção vieram à tona. Destes, o mais grave, que colocou o alto escalão do petismo no banco dos réus, foi o mensalão. Mas podemos citar o assassinato do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, que até hoje não foi desvendado e suspeita-se de queima de arquivo.

Uma outra faceta destes esquemas começa a emergir a partir da investigação do Ministério Público. Estamos falando da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo), criada por Ricardo Berzoini (atual presidente do PT), em 1996, quando ele estava no sindicato da categoria na cidade de São Paulo. Além de Berzoini, o Sindicato dos Bancários de São Paulo foi berço de outros petistas de peso, como o ex-ministro de Comunicação do governo Lula, Luiz Gushiken.

Eles ofereciam apartamentos com valores quase 50% inferiores aos de mercado. Contudo, em muitos casos, o empreendimento sequer foi entregue e em outros a cobrança não parou de chegar, mesmo quando o valor pago já superava o do imóvel adquirido. De acordo com as investigações, o dinheiro era usado para financiar campanhas do PT e de partidos aliados.

Há muito, o PT abandonou os seus antigos princípios e a cada dia surgem novas denúncias de prática de corrupção, num partido que se propunha ser diferente. Mas eles não só se tornaram iguais aos partidos burgueses, eles fizeram pior. Sob o pretexto de que era necessário eleger vereadores, deputados, senadores, governadores e o Presidente da República eles aceitaram dinheiro de empresários, de banqueiros, latifundiários etc. Mas também se valeram da grande influência sindical e política que detinham e convenceram os trabalhadores a entrar em financiamentos de imóveis. Mal sabia os trabalhadores que estavam financiando milionárias campanhas eleitorais e a compra de votos no mensalão, segundo a investigação.

Os trabalhadores precisam construir algo novo, construir propostas estratégicas. Esta tarefa irá impor muitas dificuldades. Mas um bom começo é livrar o movimento sindical das amarras do governismo e neste sentido, defender a ruptura da Fenajufe com a CUT será um passo fundamental. Esta será a proposta defendida pelos delegados do Movimento Luta Fenajufe no Congrejufe, que acontece no final de março.



Sem passarela, moradores do Jardim Helena se arriscam sobre os trilhos

ideias

ELEITORAL, SMOKE ME NOW!

Renato Ribeiro*

De acordo com a lei estadual 13.541/09, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou quaisquer outros produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco, está proibido em ambientes de uso coletivo; incluindo as repartições públicas de todas as esferas (municipais, estaduais e federais) localizadas no Estado de São Paulo.
Então pressuponho que a lei, além dos benefícios coletivos causados, também opera verdadeiros milagres de cura para alguns dos nossos colegas de trabalho que, outrora, sofriam do vício de fumar.
Ah, e cabe supor que a lei também cura apenas alguns (não todos!) de acordo com o status profissional dos mesmos. Ou seja, seria uma lei operadora de milagres e, ao mesmo tempo, excludente? Como formulei isso?
Realizei uma análise visual, na entrada do prédio principal da Justiça Eleitoral, e encontrei, entre os fumantes, somente servidores que não possuem ou almejam CJs.
Ou seja, concluí que a massa trabalhadora não foi curada do vício e que a lei só opera milagres na alta cúpula do imóvel, pois a base continua com o cigarro na boca, do lado de fora do Prédio Miquelina. Triste constatação...
Já os nossos renomados colegas de altas funções, quanto mais no topo da pirâmide, hierárquica e socialmente, mais conseguem alcançar a graça desejada, pois não vejo um único servidor do topo descer para fumar fora do imóvel, estando agora eu a acreditar piamente na cura do vício!
Você, leitor, está pensando que alguém está infringindo a lei supracitada? Não ouse pensar tal blasfêmia, afinal você estaria acusando e, consequentemente, incriminando colegas da high society...
Eu tenho absoluta certeza na cidadania encravada n'alma de todos os nossos servidores – da base ao topo – e que ninguém, absolutamente ninguém, está infringindo tão polêmica lei.
Por tudo isso, reafirmo o caráter milagroso e a exclusão social da mesma e, sendo assim, minhas suposições se tornaram convicções.
Oxalá tal graça se estenda a todos!

* Renato Ribeiro é diretor de base do TRE

frases

De Glauco

"*Pelo humor é possível falar sobre coisas sérias, como a condição humana, a miséria, o medo, a prisão. É algo seríssimo*". Glauco, em 1986. O cartunista foi assassinado no último dia 12/03, deixando uma grande lacuna no humor brasileiro.

"A*chei que ninguém estava com coragem de fazer charges do Lula, então resolvi encarar*", sobre "*Política Zero*", livro que reúne charges sobre o governo Lula publicadas na página 2 do jornal Folha de São Paulo, em 2006.

"*É uma homenagem à capacidade do brasileiro de engolir abobrinhas. Nenhum outro povo seria capaz de engolir tanto*", sobre seu livro "*Abobrinhas da Brasilândia*", em abril de 1985.

"*Nessa nossa área, não importa quem sobe ao poder, a charge vai ser sempre de oposição*", em fevereiro de 2006.



7º Congrejufe

Congresso reunirá servidores de todo o Brasil

Retomada da mobilização pelo PCS-4 e desfiliação da CUT serão debatidos no evento



Lucas Lacaz

Servidores do Judiciário no 6º Congrejufe, em 2007

Entre os dias 27 e 31 de março acontecerá o 7º Congrejufe (Congresso da Fenajufe), em Fortaleza-CE. Com quase 600 inscritos, entre delegados e observadores de todo o país, o evento organizará a luta pelos PLs 6613/09 e 6697/09, que revisam os salários dos servidores do Judiciário e do MPU, respectivamente.

Entre os principais pontos que serão debatidos está a desfiliação da Fenajufe da CUT, central governista. A maioria da delegação de São Paulo e do Luta Fenajufe, movimento nacional de oposição à direção majoritária da federação, defenderá a ruptura da Federação com essa central.

Cláudio Klein, diretor da Fenajufe, de base do Sintrajud e coordenador do movimento, ressalta os estreitos laços que a direção majoritária da federação mantém com a CUT e o governo Lula. Diante disso, ele afirma: "Neste congresso, nós pretendemos retomar o caminho de luta e independência da Fenajufe".

Para ele, o Congresso será importante, pois definirá a nova diretoria e, consequentemente, os rumos políticos da federação para os próximos três anos. "Estará em nossas mãos a possibilidade de melhoria em nossas condições de trabalho e como será a nossa organização e mobilização", di-

Mais um desafio

Na sexta-feira (19), o governo anunciou que cortará R$21,8 bilhões do orçamento, no mesmo dia em que a foi informado o recorde de arrecadação da Receita. Será o maior corte do governo Lula. Segundo o Planejamento, o ajuste servirá para garantir o superávit primário, de 3,3% do PIB para este ano. Mais uma vez, o governo pretende tirar recursos dos investimentos sociais para garantir dinheiro a banqueiros e especuladores internacionais.

O corte é mais um desafio aos servidores do Judiciário, em campanha pela aprovação do PCS-4. Por isso, a mobilização precisará ser ainda maior e mais forte. "Este é mais um motivo para que o Congrejufe aprove o estado de greve em todo o país", conclui Klein.

Luta contra congelamento

Salário do Judiciário seria até 41% menor se projeto de Lula vigorasse há 10 anos

Aprovação do PLP 549 pode provocar redução salarial e diminuição no quadro dos servidores

Caso estivesse em vigor nos últimos dez anos, o projeto que muda as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (PLP 549/2009) significaria uma redução de até 41% nos salários dos servidores do Judiciário Federal. Na "melhor" das hipóteses, já que a aplicação do projeto prevê limites também por poderes e órgãos públicos, a redução nas remunerações de ativos e aposentados seria de 29,36%.

A conclusão é do estudo elaborado pelo assessor econômico do Sintrajud, Washington Lima. Ele alerta que as consequências podem ir além do ataque aos salários: "A redução da folha poderia se dar, tanto em redução salarial, como em diminuição dos quadros de servidores e magistrados ou uma mescla entre as situações, todas gravíssimas". O estudo ainda destaca que "a tendência é de uma diminuição sem precedentes dos servidores e, por conseguinte, dos serviços públicos em todos os poderes, além de um brutal arrocho salarial".

Na avaliação do economista Washington Lima, não haverá margem para o PCS-4 caso o PLP 549 seja aprovado. "Nossa luta pelo PCS tem que estar colada com a campanha contra o congelamento", defende o diretor de base do Sintrajud e da federação Cláudio Klein.

Trabalhista

Assembleia do TRT-2 vai debater portaria sobre os dias de greve

Sindicato é contra compensação por horas, pois serviço já foi regularizado, e deverá recorrer

Nesta quinta, 18, a presidência do TRT-2, publicou a Portaria GP nº 09, sobre a compensação das horas da greve de 2009. Segundo a portaria, 50% dos dias da greve deverão ser compensados por serviço e os outros 50%, por compensação de horas. De acordo com a diretora do Sintrajud Leica Silva, o Sintrajud reivindica o abono dos dias e a portaria deverá ser debatida com os servidores nas assembleias. Quarta será na capital, e quinta, em Santos.

Em reunião com o presidente do tribunal, desembargador Décio Daidone, na semana passada, os diretores do Sintrajud voltaram a reivindicar o abono dos dias. A solicitação já havia sido feita em audiência no final de fevereiro e por requerimento administrativo, uma vez que o serviço represado durante a greve já foi colocado em dia. Para o Sindicato, os servidores não devem utilizar suas horas armazenadas em banco de horas para compensar um serviço já feito.

Em 2006, após a greve que conquistou o PCS-3, o Sintrajud reverteu determinação de compensação das horas pela compensação por serviço. Naquele ano foram quase 60 dias de greve, que foi vitoriosa e justa, assim como a do ano passado, quando o PCS-4 foi enviado ao Congresso Nacional.

Sintrajud apresenta reivindicações ao presidente do TSE


Luanna Ramos

Melqui, ao centro, com Ayres Britto, (esq), e Miguel de Campos

Em reunião no último dia 11, o diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe, Antonio Melquiades, o Melqui, apresentou a pauta de reivindicações dos servidores da Justiça Eleitoral ao presidente do TSE, ministro Ayres Britto. Segundo Melqui, o ministro teve acordo com os pontos apresentados e solicitou ao diretor-geral do TSE, Miguel Fonseca de Campos, presente na reunião, celeridade na análise de cada uma das reivindicações.

Entre os pontos apresentados estão a luta pelo PCS-4 e contra o congelamento salarial, a equiparação das FCs entre chefes de cartório do interior e capital, criação de cargos para novos cartórios, passivos, horas extras, auxílio alimentação, enquadramento de técnicos da área de transporte, jornada de 6 horas, campanha contra o assédio moral.

Organização

Funcionalismo federal aprova campanha contra ataques do governo

Mobilizações serão contra congelamento salarial, demissão no serviço público e restrição ao direito de greve



Em 2007, servidores foram às ruas pelo direito de greve

Os servidores públicos federais aprovaram uma ampla campanha contra projetos que atacam o funcionalismo e o serviço público, na Plenária da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Cnesf), realizada em Brasília, no dia 14. O evento aprovou um calendário de mobilizações para barrar o PLP 549, que prevê o congelamento dos salários até 2019, o PLP 248, que regulamenta a demissão por insuficiência de desempenho, e um terceiro projeto sobre o direito de greve dos servidores, que está sendo preparado pelo governo.

De acordo com Paulo Barela, dirigente sindical do IBGE e da Cnesf, a plenária foi representativa reunindo cerca de 200 participantes. "Os servidores estão percebendo os ataques do governo Lula", diz Barela. Ele compara as medidas que o governo tenta implantar com as que têm sido adotadas em países mais afetados pela crise, gerando grandes manifestações populares. Na Grécia, por exemplo, em menos de um mês já ocorreram três greves geral contra corte de salários para os servidores públicos e congelamento das aposentadorias, entre outros ataques.

No Brasil, para Barela, o governo adota um conjunto de ataques, para se antecipar à crise que, segundo ele, ainda está em curso e deve voltar a dar sinais fortes no Brasil. "O governo quer congelar salários, reduzir o número de trabalhadores e quer evitar que eles venham a reagir", explica. Para ele, ao regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, o governo pretende evitar mobilizações de setores combativos. "O direito de greve já está na Constituição, não precisa de regulamentação, quem decide pela greve ou não, são os trabalhadores", destaca.

O projeto sobre o direito de greve, segundo Barela, está sendo discutido no Grupo de Trabalho do Ministério do Planejamento. O GT reúne representantes de centrais sindicais ligadas ao governo para debater negociação coletiva e resoluções de conflito.

Servidores em luta: participe do calendário de mobilizações

1º de abril	12 a 18 de abril
Distribuição de carta à população e pressão sobre os parlamentares nos aeroportos de Brasília	Jornada de manifestações, com ato público nacional


foto: Diego Cruz
Milhares de professores em greve fazem passeata na Paulista

Pela educação pública

Professores de SP fazem greve contra caos na educação

Além de salários, eles denunciam política adotada pelo governo Serra que penaliza o professor pela falta de estrutura.

Desde o dia 8, os professores de São Paulo estão em greve por tempo indeterminado. O movimento, além de reivindicar o reajuste salarial de 34%, que nada mais é do que a reposição das perdas desde 1998, denuncia o caos da educação pública e o ataque que os professores vêm sofrendo. Com salas superlotadas, que chegam a ter mais de 50 alunos com apenas um docente, e infraestrutura precária, os professores ainda estão sendo responsabilizados pela degradação da educação pública. A categoria luta por uma pauta de reivindicações que inclui no máximo 25 alunos por sala e contratação de professores por concurso público.

"Tentam colocar a conta da qualidade da educação nas costas do professor, quando é resultado de um processo que vem se intensificando há quase 20 anos", diz José Geraldo, o Gegê, vice-presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) pela Oposição Alternativa da Conlutas.

Reunião definirá detalhes do 2º Congresso da Conlutas

Nos dias 27 e 28 de marco, a Coordenação Nacional da Conlutas reúne-se para definir os detalhes do 2º Congresso Nacional da entidade, que será realizado nos dias 3 e 4 de junho, em Santos.

De acordo com o cronograma para o Congresso do dia 1º de abril a 15 de maio é o prazo para que sejam realizadas assembleias para eleição dos delegados que irão participar do evento.

Logo após o Congresso da Conlutas, nos dias 5 e 6 de junho, também em Santos, acontecerá o Congresso de Unificação da Conlutas, Intersindical e outras organizações. Devido à solicitação de algumas entidades, o prazo de entrega das teses para o Congresso de Unificação foi prorrogado do dia 15 para 26/03.

GM bloqueia doação de funcionários ao Haiti

A recusa da General Motors do Brasil em liberar a doação feita por seus funcionários ao povo do Haiti foi encaminhada, nesta quarta-feira, para apuração pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A doação faz parte da campanha de solidariedade organizada pela Conlutas. Os metalúrgicos aprovaram, em assembleia, o desconto único de 1% dos salários, direto em folha de pagamento, para ser destinado ao Haiti. Uma conta foi aberta pela Conlutas para arrecadar doações ao movimento sindical e popular do Haiti, como organização Batay Ouvriye (Batalha Operária).

Participe! Os dados para fazer a doação são:
Favorecido: Coordenação Haiti /Banco do Brasil / Agência: 4223-4 / Conta: 8844-7

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

CAMPANHA CONTRA O Imposto Sindical

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Sintrajud entra com ação contra Imposto Sindical

Sindicato requer a nulidade da Instrução Normativa 1/2008, que impõe a cobrança do imposto aos servidores

Wladimir Aguiar



Vitória do PCS-3 em 2006

Contrário à cobrança do imposto sindical desde sua origem, o Sintrajud ingressou com ação judicial na Seção Judiciária do Distrito Federal (processo 9564712010.4.01.3400, 16ª Vara Federal). Na ação, o Sindicato requer o impedimento dos descontos, a devolução dos valores e a nulidade da Instrução Normativa 1/2008 do Ministério do Trabalho, que prevê a cobrança dos servidores públicos.

No início do ano, o Conselho de Justiça Federal definiu que os 1º e 2º graus de todo país passem a recolher a contribuição sindical obrigatória (imposto sindical) dos servidores do Judiciário Federal independente se são, ou não, sindicalizados.

De olho no montante que pode ser arrecadado, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), que não faz nada em benefício do servidor, entrou com ação requerendo o recolhimento do IS.

A diretora do Sintrajud e servidora do TRF, Ana Luiza Figueiredo, destaca que o Sintrajud é radicalmente contra a cobrança do Imposto Sindical. "Somos contra o IS seja na iniciativa privada ou no setor público. Acreditamos que contribuições obrigatórias só servem para dar dinheiro a entidades pelegas e enfraquecer a luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos".

"Se nós recebêssemos dinheiro do governo com certeza ficaríamos reféns de sua política e sem força para lutar

Para o diretor de base e ex-diretor do Sintrajud, Adilson Rodrigues, foi acertada a decisão do Sintrajud, que desde sua fundação defendeu que seria mantido apenas com a contribuição voluntária de seus associados. "Aquele que financia é quem determina, portanto, se nós recebêssemos dinheiro do governo com certeza ficaríamos reféns de sua política e sem força para lutar", ressaltou.

Adilson criticou as entidades que recebem a contribuição compulsória e finalizou: "Verdadeiramente nós somos o que praticamos e não o que falamos ou teorizamos".

O imposto sindical representa um dia de trabalho do servidor público e seria distribuído da seguinte forma: Sindicato (60%), federações (15%), confederações (5%), centrais sindicais (10%) e Ministério do Trabalho (10%).

Até o momento, a Justiça Federal é a única que tem prazo para que o desconto seja efetuado: até 31 de abril. A Justiça do Trabalho ainda não definiu se fará ou não o desconto e a Justiça Eleitoral informou que não vai efetuar a cobrança.

Como nasceu o imposto sindical

Getúlio Vargas instituiu cobrança para ter o controle dos sindicatos


Getúlio Vargas: apoio do fascismo italiano

No início da República, a indústria desenvolvia-se ao redor da economia cafeeira, estimulada, principalmente, pelos lucros dos barões do café. A Primeira Guerra Mundial impulsionou ainda mais esta indústria ao fechar temporariamente o mercado externo. Uma das conseqüências foi o desenvolvimento de uma classe urbana e a imigração.

Coube justamente aos imigrantes, muitos com experiência sindical em seus países de origem, organizar os sindicatos. Inicialmente houve a ação dos anarquistas, que desejavam sindicatos descentralizados e sonhavam com uma nação sem governo. Posteriormente, o comunismo chegou com toda sua força, disputando com os anarquistas o poder nos sindicatos.

Vargas percebeu que se não assumisse o controle teria um grande problema nas mãos. Não bastava uma legislação que beneficiasse pura e simplesmente os trabalhadores, precisava de um instrumento de controle. Assim foi instituído o imposto sindical.

Na década de 30, um movimento político e militar derrubou o governo constituído e levou o gaúcho Getúlio Vargas ao poder. Nessa década avançou também o processo de industrialização brasileira e cresceu o conflito entre o capital e o trabalho.

A ditadura varguista usou na relação trabalhista uma política de mão dupla. Promoveu leis que atendiam às reivindicações dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo reprimia as lideranças mais combativas. Para frear a luta em curso no país, Getúlio preparou toda uma legislação sobre o reconhecimento de sindicatos, porém essa legislação foi elaborada de modo que os sindicatos ficassem atrelados ao governo.

O imposto sindical tem sua origem em 1939, sendo regulamentado pelo Decreto Lei 2377, de 08/07/1940, e foi incorporado à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. O imposto sindical permitiu o fortalecimento do chamado "sindicalismo amarelo", de tendência reformista, que rapidamente aderiu à estrutura sindical criada por Vargas.

O sindicato dos trabalhadores públicos ficou fora disso, porque o getulismo proibia a sindicalização, segundo o decreto-lei de 19770, de 1931 que foi o primeiro decreto que estabeleceu esse sindicalismo estatizado e sob controle do governo.

Foi através de uma luta importante dos trabalhadores públicos especialmente, mas não só, a partir dos anos 1970, que as antigas associações assistenciais de classe começaram a mudar para sindicatos de classe e foram criados novos sindicatos.

Durante a ditadura militar, em 1976, o imposto sindical mudou de nome e passou a se chamar contribuição sindical, mas com o mesmo caráter do anterior. Com a Constituição de 1988, sindicatos de servidores públicos foram reconhecidos.

Em outubro de 2008 o ministro do Trabalho Carlos Lupi baixou a Instrução Normativa 01/2008 determinando a cobrança do imposto sindical dos servidores públicos.

Contribuição compulsória

“Imposto Sindical acaba com sindicalismo livre e autônomo”

Em entrevista ao Sintrajud, o sociólogo Ricardo Antunes fala sobre a obrigatoriedade do imposto, a flexibilização da CLT e o governo Lula

O professor do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Ricardo Antunes é um dos principais estudiosos sobre sindicalismo e o mundo do trabalho atualmente. Autor de vários livros sobre o tema, entre eles “Os Sentidos do Trabalho” (Ed. Boitempo) e “O Novo Sindicalismo no Brasil” (Ed. Pontes), Ricardo Antunes recebeu a reportagem do Sintrajud em Campinas. Por mais de uma hora, ele explicou o que significa o imposto sindical e seus efeitos nefastos. Crítico do governo Lula, ele também falou como o Planalto tem privilegiado certos setores da sociedade. Sobre a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o professor rechaçou a Semana da Conciliação.

Imposto É uma derrota histórica dos trabalhadores de amplitude monumental. É injusto e ilegítimo, já no sindicalismo dos trabalhadores do setor privado. Foi criado num dos piores momentos da ditadura varguista, como uma forma de dar recursos estatais aos sindicatos e acabar com o sindicalismo autônomo, independente e de classe. Significa um controle do Estado sobre os sindicatos, um controle das finanças, portanto, econômico e político.

Os sindicatos nasceram na Inglaterra, nas chamadas Trade Unions, como organismos independentes dos trabalhadores, pagos por eles mesmos, livre e voluntariamente. O ato de filiação a um sindicato é um ato de defesa dos interesses da profissão, defesa dos direitos do trabalho. É também um ato de solidariedade de classe e, consequentemente, um ato político, ainda que num plano insipiente e primeiro.

A Constituição de 88 significou uma diminuição do controle do Estado sob os sindicatos, não a sua eliminação. Enquanto existir imposto sindical e enquanto existir unicidade sindical, o sindicato não é autônomo nem livre.

Unicidade A manutenção da unicidade sindical significa que cada ramo de trabalhadores tem de ter um único sindicato, porém isso é definido por lei. Isso é nefasto porque quem deve decidir são os trabalhadores. Defendo a unidade sindical, por exemplo, sou a favor que os professores da Unicamp tenham um único sindicato, mas isso é uma decisão dos professores, não é o Estado que tem que dizer como os professores têm que se organizar.

Quando o Estado diz como é que os trabalhadores devem se organizar, em verdade ele está querendo dizer como eles devem se desorganizar.

Disputa Hoje há uma disputa pelas bases. Antes o imposto sindical ia para os sindicatos, federações, confederações e Ministério do Trabalho, agora também vai para as centrais. 10% dos recursos do imposto sindical acabam drenando para as centrais sindicais. Além do imposto sindical, as centrais também ficam com os recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). É uma máfia de dinheiro.

É fácil criar um sindicato hoje, não tem mais as coibições de antes de 1988. Cria-se um sindicato e recebe o imposto sindical. É um grande negócio. Há uma indústria de criação de sindicatos no Brasil. Primeiro porque está ocorrendo o que venho chamando de uma nova morfologia do trabalho. Novas categorias surgem, por exemplo, os trabalhadores de telemarketing.

Conciliação A Semana de Conciliação não é bem uma flexibilização dos direitos do trabalho, é pior do que isso. Embora a ideia seja evitar que o processo siga um curso longo na JT, e isso em si não seria mal, ela acaba sendo uma forma de burlar os direitos do trabalho. Se o trabalhador está reivindicando 10 salários, e acaba aceitando dois, significa que foi burlado em 80% do que estava pedindo. E as empresas gostam disso. Antevendo um pagamento volumoso daqui a alguns anos, elas pressionam pela conciliação. Por outro lado, a JT é também pressionada pelos mesmos valores do mercado. Tem produtividade dos juizes.

São raros os casos em que os trabalhadores são beneficiados. Mas, o trabalhador premido pelas necessidades, não pode esperar anos para ganhar o valor integral, ele arrisca. Burlar o direito do trabalho acaba sendo o ingrediente que favorece os parlamentares e ideólogos a defender mais flexibilização do trabalho.

CLT A CLT condensa um conjunto de direitos do trabalho que são importantes devem ser preservados. Quando me perguntam se sou a favor da alteração deles digo que sim, mas para melhor, nunca para baixo. Sou contra a revogação das leis do direito do trabalho, senão começamos do zero. Por outro lado, não sou a favor do capitulo sindical da CLT.

O imposto foi criado num dos piores momentos da ditadura varguista, como uma forma de dar recursos estatais aos sindicatos e acabar com o sindicalismo autônomo, independente e de classe

Wladimir Aguiar



Governo Lula Qual classe burguesa teria interesse em depor um governo onde a estabilidade econômica fosse a melhor dos últimos 40 anos? O Lula trouxe para a burguesia uma tranquilidade que ela não tinha. Por isso, o Lula tem um traço de um governo Bonaparte, ou seja, traz um traço de segurança para a burguesia que um governo explicitamente burguês representado por uma persona burguesa muitas vezes não tem, por um motivo evidente, o movimento sindical, os movimentos sociais e a esquerda são temerosas de enfrentar o governo Lula. Não é por acaso que ele tem essa aprovação. A crise econômica deu uma saída para o governo Lula. Ele conseguiu valorizar o capital como ninguém nos últimos anos. Tanto é que o próprio Lula cansou de dizer: “Nunca os bancos ganharam tanto dinheiro como no meu governo”.

Para um governo que não é oriundo das classes burguesas, ficar na mão do grande capital é um risco muito grande. No primeiro governo Lula foram perdidos vários apoios no funcionalismo público, na classe operária organizada e no campesinato.

Independência e luta

“Conlutas não aceita receber o imposto sindical”

Para Zé Maria, receber o imposto sindical implica em um atrelamento que mata a independência de qualquer organização

Jornal do Judiciário - Por que a Conlutas é contra e não recebe o Imposto Sindical?

Zé Maria - A Conlutas definiu em seu Congresso que mesmo tendo o direito a receber o Imposto Sindical, por estar se legalizando como uma central sindical, não vai recebê-lo. Nós fomos a favor do processo de legalização das centrais sindicais, por que nós achamos que é um direito dos trabalhadores terem todas as suas organizações reconhecidas. Mas estivemos contra a lei específica que legalizou as centrais porque essa lei, além de legalizá-las, destinou uma parte do Imposto Sindical para o seu financiamento. E o Imposto Sindical, desde a sua criação, constitui uma das bases econômicas da cooptação e do atrelamento dos sindicatos ao Estado.

Portanto, financiar a nossa central com esses recursos implica em sujeitá-la a esse processo de atrelamento, que obviamente, se levado às últimas conseqüências, mata qualquer organização, como matou a CUT.

Não há nenhuma organização que possa manter a independência política do governo e do Estado se não tem independência econômica.

JJ - A manutenção da cobrança do Imposto Sindical e a transferência dos recursos para as centrais têm alguma relação com a proposta de reforma sindical, apresentada no começo do governo Lula?

ZM- A proposta de Reforma Sindical trazia uma mudança mais ampla da estrutura de representação e organização sindical em nosso país. Ela disponibilizava para a negociação coletiva os direitos que estão na lei, facilitando o processo de flexibilização dos direitos, não via uma mudança na legislação, mas via a negociação pelos sindicatos e pelas centrais. E centralizava nas mãos das centrais um poder imenso tanto de arrecadação como de negociação e contratação coletiva, coisa que as centrais sindicais não têm hoje.

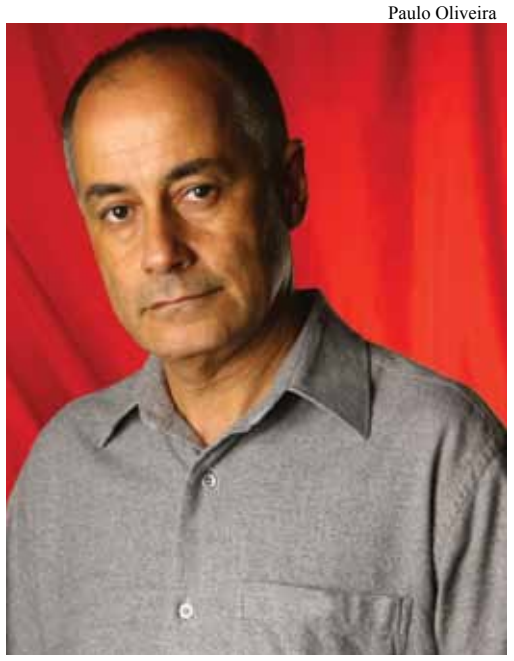
A proposta de reforma sindical não mantinha o Imposto Sindical, ela implantava algo pior: uma contribuição também compulsória sobre os trabalhadores que ia direto para as centrais sindicais.

Ao não ter aprovado a Reforma, o governo não só manteve o Imposto como resolveu, por uma lei específica, destinar os recursos às centrais. É uma compensação financeira às centrais pelo fato de não ter sido aprovado aquela reforma, mesmo com o apoio que a CUT e Força Sindical deram naquele momento na tentativa de aprová-la.

JJ – Então você defende que a Conlutas e os sindicatos não devam receber o imposto sindical?

> **É um exemplo importante para todos os sindicatos, porque a ampla maioria dos sindicatos, mesmo**

Paulo Oliveira



ZM – Acho que é um exemplo importante para todos os sindicatos, porque a ampla maioria dos sindicatos, mesmo os que estão na base da Conlutas hoje, segue recebendo o Imposto Sindical. Isso tem a ver com a história e com a dependência inclusive desses recursos que essas entidades sofrem.

Assim como o Sindicato de São José dos Campos, ou então os Comerciários de Nova Iguaçu, há várias entidades que não dependem do Imposto Sindical, ou não recolhem, ou recolhem e devolvem para a categoria. São exemplos que demonstram que é perfeitamente possível uma entidade não só sobreviver, mas ser forte economicamente, promover a ação sindical, promover uma ação política no país, com financiamento espontâneo dos trabalhadores, seja a contribuição dos associados, seja os descontos que são feitos na época das campanhas salariais com a autorização de assembleia.

Esses são exemplos importantes e nós temos que nos apoiar neles. Além do exemplo da própria Conlutas, temos que levar adiante a discussão com todos os sindicatos que ainda recebem o imposto para que façam uma reformulação administrativa de forma a não mais depender desse dinheiro, e de forma a sustentar a ação sindical e a ação política da entidade, fundamentalmente, com contribuições voluntárias dos trabalhadores.

12 anos sem o Imposto, a história de um Sindicato independente



“A nossa forma de arrecadação define a nossa independência de governos e dos patrões”

Em 1997, ao reassumir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, uma das primeiras medidas de Antônio Ferreira, o Toninho, foi iniciar um debate na base da categoria para que a entidade não mais recebesse os recursos do imposto sindical (IS). Este sindicato foi também o primeiro representante de trabalhadores da iniciativa privada a sair da CUT e iniciar a construção da Conlutas.

A decisão de que o Sindicato renunciaria aos R$5 milhões anuais, provenientes do IS, foi tomada pelos trabalhadores metalúrgicos em assembleias. Por uma liminar, que é renovada anualmente, a contribuição compulsória foi afastada da categoria.

Ao contrário do que muitos poderiam pensar, o patrimônio da entidade cresceu ao longo desses 12 anos. Como? Realizando amplas campanhas de sindicalização e convencendo os trabalhadores de que eles devem controlar e decidir sobre todos os aspectos da vida do Sindicato.



Trabalhadores da GM, em SJC, na luta contra o banco de horas

Um dos responsáveis pelas questões internacionais da Conlutas, Toninho afirma que a decisão de não receber o Imposto Sindical é uma escolha política e que as finanças do Sindicato devem estar voltadas para a organização e a luta da categoria. Portanto, ao não receber o IS, os metalúrgicos de São José se fortaleceram e conseguiram barrar o banco de horas e a flexibilização de muitos direitos.

“A nossa forma de arrecadação define a nossa independência de governos e dos patrões, por isso a Conlutas é a única central sindical do país que não recebeu um centavo do dinheiro do Imposto Sindical. Porque é independente”, afirmou.

SINTRAJUD TEM HISTÓRIA DE LUTA E INDEPENDÊNCIA

Há 15 anos foi fundado o Sindicato dos Servidores do Judiciário Federal – Sintrajud. Nesse período foram muitas luta e conquistas da categoria. Junto com os servidores, o Sintrajud esteve à frente da luta por melhores salários e condições de trabalho. Realizou campanhas contra o assédio moral no local de trabalho e em defesa da saúde do servidor. As vitórias jurídicas também demonstram o acerto da política do Sindicato.

A greve no ano passado, que garantiu o envio do projeto de revisão salarial ao Congresso Nacional, sem redução de direitos, foi uma demonstração da importância de se manter um sindicato forte, independente e de luta.

Para o diretor do Sintrajud e coordenador da Fenajufe, Antonio dos Anjos Melquiades, um dos principais desafios do próximo período é a aprovação do PCS-4, que tramita na Câmara dos Deputados. Ele chama a unidade e organização da categoria para garantir mais essa vitória. "Essa é uma luta que está em curso. O Sintrajud e os servidores do Judiciário de São Paulo são referência nacional de luta e combatividade. Esse momento exige ousadia, unidade e luta. Por isso, fique forte. Sindicalize-se", ressalta Melqui.

Jesus Carlos



Servidores na greve, em 2009

Contribuição voluntária

Seja sócio!

Mantenha o Sindicato forte e independente

O sindicato deve ser sustentado pela contribuição voluntária dos seus associados e se manter desatrelado do Governo

O Sintrajud defende que a entidade seja mantida pelos próprios filiados. Somente dessa maneira o Sindicato continuará forte, independente e firme na luta em defesa dos direitos dos servidores e da luta geral dos trabalhadores.

A vitória na luta pelos PCSs também só foram possíveis devido a independência do Sindicato diante do governo e das administrações. A independência política é conseqüência da independência financeira. O Sindicato é mantido com a contribuição espontâneas dos servidores associados.

Para a diretora do Sintrajud e servidora do TRF, Ana Luiza de Figueiredo, a luta dos trabalhadores exige organização e fortalecimento financeiro, mas tem que ser voluntário (através da sindicalização). "Os impostos são cobrados pelo governo e que com isso quer controlar os sindicatos, torná-los dependente financeiramente para submetê-los à sua política e seus interesses", ressaltou.

O Sintrajud quer se manter no caminho da luta e continua firme na sua trajetória em defesa de um sindicalismo livre, democrático, soberano, sem atrelamento ao Estado, ao governo e aos patrões.

Por isso, se você ainda não é sindicalizado, não perca tempo e venha fazer parte desse time. Sua participação é muito importante para manter o Sindicato cada vez mais forte e independente.

Kit Gaion



Sintrajud na luta contra o assédio moral

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Carlos Batista/ Daniel Oliveira/ Fernando Antunes **Tiragem:** 13.000